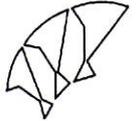


Digitizada e enviada 30/8/16

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
 CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
 GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 4ª Reunião Ordinária - 22/07/2016 – 9-13 h
 INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz
Agência PCJ	Maria Eugênia Martins
CATI - EDR Piracicaba	Sérgio Rocha Lima Diehl
PM de Limeira	Ariane Fernanda dos Santos
PM de Limeira	Fellipe José Soares
SAA - Assessoria de Gabinete	José Luiz Fontes (Palestrante)
SAA Assessoria de Gabinete	Sérgio Murilo
SANASA	Amanda Alves de Lima

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zamprônio (S)
CETESB	Denise Dedini (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
FJPO – Mata Santa Genebra	Cristiano Krepsky (S) Laís Santos de Assis (T)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CIESP - SOB	Jerry Willians de Moraes (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Fernando Ruitter (S)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SR Bragança Paulista	Rodrigo Colicigno Ribeiro (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
iX Estudos Projetos	André de Castro e Silva
Irrigart / Agência	Marina Peres Barbosa

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos presentes através de mensagem eletrônica, bem como ATA da reunião anterior para leitura prévia e correções. **2. Abertura da reunião:** O Sr. João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador do GT-Mananciais fez a abertura da reunião às 09h20' agradecendo a presença de todos e do espaço disponibilizado pelo IZ. Solicitou que todos os presentes se apresentassem antes do início das atividades. **3. Item 1 da pauta - Leitura e aprovação da ATA anterior (3ª Reunião realizada no dia 10/06/2016):** O Sr. João Demarchi, secretário do GT-Mananciais, em função da disponibilidade de tempo do palestrante, solicitou alteração da ordem da pauta, deixando para o final da reunião a aprovação da ata anterior e demais atividades da secretaria. Proposta acatada, o Sr. João Demarchi fez uma breve introdução ao assunto e uma justificativa do convite feito ao Eng. Fontes para que houvesse troca de experiências entre o Programa Microbacias I e a Política de Preservação de Mananciais dos Comitês PCJ, já que há muitos pontos comuns que podem contribuir para melhoria da Política. **4. Item 2 da pauta - Programa Microbacias I Experiências acumuladas que podem contribuir com a Política de Mananciais –** O Eng. Fontes iniciou sua palestra agradecendo a oportunidade de troca de experiências e de explanação dos resultados do Programa Microbacias I, do qual foi coordenador. Disse que o programa foi encerrado em 2009, sendo que o mesmo foi desenhado na década de 90 após a criação do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas. A erosão foi a motivação inicial para o Banco Mundial, com atividades iniciadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, só então no Estado de São Paulo. Eram prioridade na época a "Degradação Ambiental + Pobreza", havendo consciência da falta de recursos para atendimento de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 4ª Reunião Ordinária - 22/07/2016 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

todas as demandas. Era parte integrante do programa a participação da família do produtor rural e a transferência horizontal de tecnologias, utilizando-se unidades destaque para que servissem de modelo para as demais. Para cada região do estado definia-se uma tecnologia adequada ao nível socioeconômico da região, subindo-se alguns "degraus" conforme a adoção das tecnologias fosse sendo realizada. No caso da pecuária os índices indicavam que a média de produção de leite em São Paulo era menor que a média do Brasil, sendo identificados alguns pontos como a acomodação do produtor rural e a utilização de gado misto, não especializado, mesmo havendo um grande estoque de pesquisa e tecnologias disponíveis. Os programas Balde Cheio / CATI Leite tem trabalhado neste segmento e gerado impacto positivo na produção e rentabilidade dos produtores leiteiros. Tanto a CATI, quanto o ITESP e o INCRA incentivavam e ainda incentivam o uso de práticas conservacionistas de solo, mais produtivas que as convencionais, como o Plantio Direto na Palha (SPDP), gerando renda para o produtor. Com relação à água a grande contribuição do programa foi a adoção de abastecedouros coletivos comunitários nos lugares mais altos da microrregião, tirando os animais das áreas de APP's e das nascentes. Havia um mapeamento geoambiental da microbacia, identificando-se os pontos críticos nas propriedades, nas estradas, nas áreas urbanas, etc. No programa, obviamente que a microbacia era a unidade referencial de trabalho e o manejo de solos para resgate da produção agrícola e da conservação dos recursos hídricos prioritários. Efeito mais rápido pela maior infiltração de água e interrupção da erosão e conseqüente perda rápida de água na bacia. O Programa *Integra_SP* incorporou toda essa base de conservação de solos (manejo conservacionista de solos). A questão das estradas era sempre um ponto prioritário no planejamento da bacia. No entanto, nas suas palavras, "os avanços no Programa só foram obtidos com a efetiva participação das comunidades rurais, que entendendo a possibilidade de ganho concreto nos seus negócios, organizaram-se em associações, comissões, conselhos e passaram a tratar do problema de forma integrada e corresponsável". Na questão da degradação dos solos era imprescindível a identificação de todos os fatores de interferência na bacia, bem como todos os *stakeholders* (partes interessadas), como ONG's, OSCIPS, Comitês de Bacias, SABESP, Prefeituras, sindicatos rurais, etc. Havia no início uma grande frustração pela pequena participação das mulheres. A nossa sociedade é machista, já que no início os convites eram sempre endereçados ao Sr. Produtor Rural.

Com os ajustes passou-se a utilizar o termo Digníssima Família Produtora, conseguindo-se maior participação de jovens, mulheres e os produtores mais velhos. Nessa época ainda se utilizava a figura da economista doméstica. O primeiro passo do programa exigia a adesão da prefeitura municipal. Para cada um dos 518 municípios paulistas foram definidas microbacias prioritárias de acordo com uma maior degradação ambiental e índice de pobreza. Foram identificadas 970 microbacias com média de 3000 hectares e 70 propriedades. A microbacia era normalmente de quarta ou quinta ordem. No total foram atendidos 3,3 milhões de hectares e 70 mil famílias. Dentro da estratégia do programa procurava-se capacitar o produtor rural e as possíveis lideranças regionais, bem como a disseminação de um projeto de educação ambiental (aprendendo com a natureza e trabalhando com a natureza) para formação de agentes ambientais. Todas as propriedades tinham uma avaliação inicial (PIP - Projeto Individual da Propriedade), destacando-se projetos de empreendedorismo comunitário e projetos de fortalecimento institucional, com ênfase em trabalho em equipe, coletivo! Células → Associações → Cooperativas → Microbacias II. Com o programa houve uma melhor organização rural, com a criação da Federação das Associações de Produtores das Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP), que acabou fazendo muita pressão sobre o governo do estado e conseguiu a criação do Programa Microbacias II, que além dos princípios do primeiro programa, também inclui uma visão de agregação de valor e aumento de renda dos produtores rurais. Eram estratégias técnicas: aumento da infiltração de água no solo, menor escoamento superficial, maior cobertura vegetal e redução da poluição dos rios. Não havia a mínima chance de sucesso de um projeto que visasse apenas a recuperação da mata ciliar. Precisa haver um conjunto de práticas conservacionistas. A outorga era obrigatória para os abastecedouros comunitários, principal incentivo aos produtores. Também foram adotadas as fossas digestoras (Modelo EMBRAPA) para melhoria das condições de saneamento rural. Foram controladas 2.138 voçorocas. Os órgãos fiscalizadores (CDA, MMA, CETESB, etc.) e o Ministério Público (GAEMA) tiveram papel relevante neste avanço e solução desse importante passivo ambiental. Os incentivos aos produtores se baseavam também na ideia de que se produziria mais abdicando de parte da área da propriedade para conservação ambiental. O Plantio Direto na Palha era utilizado em 30 mil hectares em 1998 e ultrapassou um milhão de hectares em 2002. Foram realizados Encontros Nacionais de Plantio Direto em São Paulo que ajudaram a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

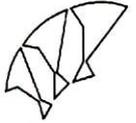
Ata da 4ª Reunião Ordinária - 22/07/2016 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

alavancar esse conceito no estado. As experiências realizadas em Dourados - MS na EMBRAPA contribuíram bastante para o desenvolvimento do Plantio Direto no Estado de São Paulo. O Sr. João Baraldi comentou que há necessidade de melhoria na visibilidade dos Comitês PCJ e que esse não é um órgão regulador. Precisa haver a criação de desejo nas pessoas. É preciso identificar lideranças e formadores de opinião para melhoria da porcentagem de adesão dos produtores ao programa. O Eng. Denis (CATI) comentou que precisamos deixar claro que a melhora nas práticas agropecuárias aumenta a preservação do meio ambiente. O Dr. Rinaldo (IAC) frisou que o ponto crítico é a adesão dos produtores rurais! A Dra. Luiza (PUCC) comentou sobre a experiência de Socorro com um projeto de educação ambiental para melhor entendimento do conceito de microbacia como unidade de gestão. O Eng. Sérgio Diehl comentou que a CATI vai ajudar nos projetos capitaneados pela Agência PCJ oferecendo a experiência acumulada no Programa Microbacias. Afirmou também que a capacitação dos técnicos é fundamental, senão não há recomendação técnica correta para os produtores. O Sr. Sérgio Murilo da SAA disse que a participação dos produtores por sua vez também é fundamental, citando como exemplo o problema de Holambra, onde há projeto e dinheiro mas esqueceram de combinar primeiro com os maiores interessados, os produtores rurais. Estão correndo atrás do erro tentando sanear-lo o mais rápido possível. O Eng. José Luiz Fontes, retomando a questão do Plantio Direto, disse que ninguém acreditava na técnica e que a estratégia foi criar 500 unidades demonstrativas para difusão do sistema e a sua adaptação as diferentes regiões do Estado de São Paulo. Houve preocupação em capacitar os técnicos e os produtores rurais. Com isso houve aumento do número de animais por área e a redução da área utilizada para criação, e conseqüentemente liberação de áreas para preservação ambiental. No caso das estradas, afirmou que são um dos principais vetores de erosão. Atualmente as rodovias tem tido muito mais atenção com esse fato. Mudança deste século! A manutenção das estradas é fundamental, frisou. Fazer com que a prefeitura assuma a obra de melhoria das estradas e não os órgãos financiadores como o FEHIDRO. O controle da erosão dentro das propriedades que estão integradas com a estrada rural é tão importante quanto, mas muitas vezes é de difícil acesso por desinteresse ou resistência do produtor rural, principalmente com relação a retirada e recolocação das cercas. Precisa haver a definição de um trecho da estrada prioritário através da participação de todos os produtores, que receberá os investimentos disponíveis e servirá de

treinamento e modelo para os demais trechos de estrada da microbacia. Por fim, salientou que o grande desafio é a continuidade dessas ações, que de projeto vire uma Política de Estado e que as experiências sirvam de modelo para o desenvolvimento de outros projetos e programas. Para finalizar comentou sobre os "outdoors" utilizados no programa com a frase "O Programa Microbacias Melhora sua Vida", que substituiu o primeiro que era "Compromisso com a Qualidade de Vida" e apresentou as palavras de Zander Navarro em estudo solicitado pela FAO em 2007 sobre os projetos de microbacias de SC e SP: "*Nasceram, em resumo, como projetos de manejo de recursos naturais destinados a difundir ações de controle de processos erosivos e do movimento da água em microbacias hidrográficas. Contudo, sua evolução, ao longo dos anos de implementação, demonstrou uma visível potencialidade de serem transformados, ambos os projetos, em políticas públicas de intervenção em áreas rurais que podem estimular novas e múltiplas dinâmicas, em outras esferas de ação social, não apenas modificando os processos produtivos, mas também os arranjos institucionais locais ou regionais, e estimulando a mobilização e organização social*". O coordenador do GT-Mananciais João Baraldi agradeceu e enalteceu o trabalho da CATI e do Secretário de Agricultura Arnaldo Jardim pelas ações em prol do fortalecimento da agropecuária paulista. A coordenadora da CT-RN Cláudia Grabher agradeceu o palestrante e afirmou que o programa (Política) não é da Agência, mas sim de todos, quem sabe também uma política de Estado conforme comentado pelo Eng. José Fontes para o Programa Microbacias. A Dra. Luiza (PUCC) novamente salientou a importância do aprimoramento dos professores na zona rural. O Dr. Rinaldo salientou que o grupo tem trabalhado muito pela valorização do meio rural para que haja um equilíbrio dos investimentos para a produção de água e não apenas no saneamento urbano. A maior produção de água pode regularizar o ciclo hídrico, e que um estudo seu recente indicou que se 40% da área de abastecimento fosse restabelecida em termos de infiltração de água, haveriam oito (8) Sistemas Cantareira. Perguntou porquê mais reservatórios? Comentou que a SANASA e a SABESP deveriam dar maior importância a preservação das áreas rurais e que à montante do Sistema Cantareira há 5.000 produtores rurais e que precisa haver maior aproximação desta população com a usúria na grande São Paulo, ao redor de 10 milhões de pessoas. Precisa haver maior entendimento e aproximação entre esses dois grupos, rural e urbano. O Sr. Fontes ainda salientou que o Plantio Direto deveria ser uma obrigação dentro das áreas de atuação dos Comitês PCJ e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 4ª Reunião Ordinária - 22/07/2016 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

afirmou que isso seria muito significativo para aumento da disponibilidade de água na bacia. No AGRISHOW (Ribeirão preto, SP) ainda vemos as empresas disponibilizando grande quantidade de equipamentos para uso convencional como arados, grades, etc. O Eng. Henrique, coordenador substituto do GT-Mananciais disse que vai tentar obter o Manual Operativo do Programa Microbacias e os Planos de Bacias aprovados (processos) para uso pelo GT, e acredita que isso possa contribuir bastante para as discussões da Política de Preservação dos Mananciais. A pergunta poderia ser feita para um diagnóstico do que aconteceu com esses planos 10 anos após a sua implantação e como estão as APP's (Matas Ciliares e Nascentes). Comentou que a Sra. Rita (técnica em Macatuba) afirmou que os resultados são relativamente positivos e que o importante é o isolamento da área a ser recuperada para que com o tempo as atividades agropecuárias não avancem sobre essas áreas de preservação. **5. Itens 1 e 3 da pauta - Aprovação da ATA anterior:** O secretário João Demarchi perguntou aos presentes sobre a aprovação da ATA anterior (3ª Reunião Ordinária) e não havendo considerações foi considerada aprovada por unanimidade, bem como sua parte complementar que tratava da participação do GT-Mananciais na 19ª Reunião Ordinária da UGP Bacias Jaguariúna realizada no dia 26 de junho de 2016 na EMBRAPA Meio Ambiente. **6. Itens 4 e 5 da pauta:** Não houve tempo hábil para discussão e atualização dos itens 4 e 5 da pauta para todos os presentes, sendo os mesmos transferidos para as reuniões intermediárias do GT-Mananciais (coordenadores e secretários das câmaras técnicas CT-Rural e CT-RN) e para as próximas reuniões ordinárias conforme avanço das propostas. **7. Item 6 da pauta:** agendada para o dia 29 de agosto a próxima reunião do GT-Mananciais com item principal de pauta o aprofundamento das discussões sobre a Resolução SMA nº 32/2014 - Restauração Ecológica, a ser apresentada pela palestrante Natália Gomes Fernandes Branco da CBRN/SMA. **8. Encerramento:** Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, foi dada por encerrada a reunião pelo coordenador do GT-Mananciais, Sr. João Baraldi, às 12:45 h, que agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião.

Henrique Bellinaso
Coordenador Adjunto do GT-Mananciais
CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais
CT-RN

João Primo Baraldi
Coordenador do GT-Mananciais
CT-RURAL